

SOBRE UM USO ESTILÍSTICO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO NA SINTAXE CLÁSSICA DO PORTUGUÊS

ON A STYLISTIC USE OF THE PLUPERFECT TENSE IN CLASSICAL PORTUGUESE SYNTAX

José Carlos de Azeredo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro | CNPq

jc.azeredo@terra.com.br

RESUMO:

Nossa tradição descritiva, amparada exclusivamente em traços morfológicos, assegura ao pretérito imperfeito do subjuntivo [PIS] e ao futuro do pretérito [FtP] o status de tempos distintos. No entanto, se levarmos em conta o comportamento de ambos no plano sintático e no papel de meios de expressão do tempo e da atitude do falante, o grau dessa separação fica bem reduzido. PIS e FtP ocupam, nos períodos hipotéticos, posições complementares, e só esporadicamente são permutáveis entre si. Os sentidos de tempo e modo expressos em cada um acabam por ser exatamente os mesmos. Esse fato favoreceu a substituição de ambos pelo pretérito mais-que-perfeito, um recurso estilístico da sintaxe clássica portuguesa que transfere para o plano formal uma simetria presente no conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE:

Sintaxe, verbo, neutralização.

ABSTRACT:

Our descriptive tradition, based exclusively on morphological traits, assures the subjunctive imperfect past [SIP] and the future in the past [FtP] the status of distinct tenses. However, if we take into account the behaviour of both on the syntactic level and in the role of means of expression of the time and the attitude of the speaker, the degree of this separation is very reduced. In conditional constructions, SIP and FtP occupy complementary positions, and only sporadically they are interchangeable with each other. The meanings of time and mode expressed in one and in the other end up being exactly the same. This fact favoured the replacement of both by the pluperfect

tense, a stylistic feature of classical Portuguese syntax that transfers to the formal plan a symmetry present in the content.

KEY-WORDS:

Syntax; verb; *neutralization*

Introdução

A chave de ouro de um soneto célebre de Camões figura em várias gramáticas pedagógicas como exemplo de um emprego especial do pretérito mais-que-perfeito em português. São dois versos que resumem o compromisso de devotamento amoroso assumido por Jacó diante da trapaça de Labão, pai de Raquel.: “Mais servira, se não fora/ para tão longo amor tão curta a vida”¹. A *Moderna Gramática*, do Prof. Evanildo Bechara, também acolhe esse exemplo. Sobre esse uso do pretérito mais-que-perfeito, eis o comentário de mestre Bechara: “...serve hoje como traço estilístico de linguagem solene” (1999, p. 279).

A formação sintática do período – que sem as inversões do original poderia ser algo como “mais servira [= serviria] / se a vida não fora [= fosse] tão curta para tão longo amor” – é submetida a uma disposição rítmica que dá realce ao contraste entre a constância no amor e a brevidade da vida: *mais servira X se não fora, tão longo amor X tão curta a vida*. No plano sintático, temos uma organização simétrica (adv. [*mais*] + verbo [*servira*] X adv. [*não*] + verbo [*fora*] // adv. [*tão*] + adj. [*longo*] + nome [*amor*] X adv. [*tão*] + adj. [*curta*] + nome [*vida*]). À simetria do plano sintático contrapõe-se o jogo antitético dos adjetivos, que realçam o conflito entre a duração do amor e a brevidade da vida. O jogo contrastivo tem um recurso coadjuvante no cruzamento fonológico – semelhante à figura do quiasmo em sintaxe – urdido pelas vogas tônicas i/o em *servira/fora* e o/i em *amor/vida*.

As formas verbais aí presentes – ambas no pretérito mais-que-perfeito – contribuem para o arranjo simétrico e exemplificam um padrão correlativo

¹ Sete anos de pastor Jacob servia / Labão, pai de Raquel, serrana bela; / mas não servia ao pai, servia a ela, / e a ela só por prêmio pretendia. / Os dias, na esperança de um só dia, / passava, contentando-se com vê-la; / porém o pai, usando de cautela, / em lugar de Raquel lhe dava Lia. / Vendo o triste pastor que com enganos / lhe fora assi negada a sua pastora, / como se a não tivera merecida, / começa de servir outros sete anos, / dizendo: “Mais servira, se não fora / para tão longo amor tão curta a vida”. (CAMÕES, 1980, p. 168).

em que se reconhece um traço da sintaxe antiga e clássica do português. Camões valeu-se dessa construção com frequência, quer nas composições líricas (note-se ainda seu uso no último verso do primeiro terceto: *tivera* por *tivesse*), quer no texto épico²; poetas árcades brasileiros serviram-se dela com alguma regularidade (“Destes penhascos fez a natureza/ O berço, em que nasci; oh quem *cuidara*, / Que entre penhas tão duras se *criara*/ Uma alma terna, um peito sem dureza!”³), e no Eurico, de A. Herculano, ainda se lê “Que *fora* a vida se nela não *houvera* lágrimas?” (1944, p. 28), outro exemplo recorrente nas gramáticas pedagógicas.

Essa construção constitui uma variedade de enálage⁴, figura de linguagem de amplo uso, mas que, no caso específico em apreço, ostenta, no uso atual, ares de arcaísmo ou de afetação literária, conforme a observação do prof. Bechara acima mencionada. Sua sobrevivência na linguagem corrente se acha restrita a umas poucas expressões cristalizadas, ordinariamente exclamativas ou interjetivas, como “Quem me dera!” e “Pudera!”. Com valor de tempo passado, o pretérito mais-que-perfeito simples ainda resiste em registros formais escritos; a língua falada só conhece a forma composta do tipo “tinha cantado”.

O presente artigo reunirá, comentando-as, considerações da autoria de alguns filólogos/linguistas brasileiros e oferecerá subsídios para uma explicação estrutural da utilização, por escritores antigos e clássicos, do pretérito mais-que-perfeito nos contextos referidos nesta introdução.

1. Tempo e modo em português

Diferentemente do aspecto e da voz, categorias também associadas ao verbo, o modo e o tempo “põem o sujeito falante como ponto de referência do que enuncia” (CÂMARA JR., 1967, p. 15). Desde que essas categorias foram formuladas na história dos estudos gramaticais, entende-se que cabe ao modo traduzir o ponto de vista subjetivo do falante sobre a ‘realidade’ do que ele enuncia, ao passo que ao tempo compete organizar a cronologia dos acontecimentos relatados em função do momento em que o enunciador produz seu texto.

² “E, se mais mundo houvera, lá chegara.” (CAMÕES, s/d.)

³ Soneto XCVIII de Claudio Manuel da Costa. (Proença Filho, 1996, p. 95).

⁴ Emprego de uma unidade linguística em função que seria própria de outra: um adjetivo na função de um advérbio; o plural na função do singular; o presente na função do passado etc.

Tradicionalmente, usam-se os termos ‘passado’, ‘presente’ e ‘futuro’ para representar conceitos firmados a partir do eixo primário da enunciação, que designamos com a expressão ‘aqui-agora’. De acordo com o senso comum, o presente compreende um espaço-tempo coincidente com o ‘aqui-agora’; o passado compreende um tempo anterior ao ‘aqui-agora’, e o futuro compreende um tempo posterior ao ‘aqui-agora’.

A tradição gramatical – que difundiu a representação da categoria linguística do tempo como um correlato da experiência cronológica tripartida em passado, presente e futuro – se enraizou firmemente na sociedade graças à ação escolar. Ao longo do século XX, vários linguistas rejeitaram essa correlação, por entenderem que o ‘aqui-agora’ do ato de linguagem não é a única âncora do posicionamento temporal dos fatos enunciados. De fato, a linguagem opera com relações temporais bem mais variadas do que indica essa triangulação: a contemporaneidade, a anterioridade e a posterioridade não estão restritas ao eixo ‘aqui-agora’; são noções lógicas que também estão ancoradas no passado e no futuro. Ou seja: um fato pode ser anterior, contemporâneo ou posterior tanto a algo que já aconteceu, quanto a algo que ainda vai acontecer. Desse modo, presente, passado e futuro são âncoras ou pontos de referência, e os fatos relatados no texto se situam em momento anterior, contemporâneo ou posterior a essas âncoras.

Não há em português – e provavelmente em nenhuma língua – um conjunto de formas encarregadas de expressar com exclusividade e distinguir com precisão essas nove possibilidades de relações temporais.

Uma explicação mais adequada para as escolhas que o falante faz entre as expressões morfológicas do tempo deve tomar por base pelo menos duas âncoras – o presente e o passado – ‘prendendo’ a cada uma delas três momentos referidos como anterior, contemporâneo e posterior à respectiva âncora (ou ‘ponto de referência’). É evidente que até mesmo o que aqui chamamos ‘passado’ representa um momento que é fixado linguisticamente a partir do ‘aqui-agora’ do ato físico de produzir sons vocais ou sinais gráficos. Esse ato se dá ‘fisicamente’ em um momento que chamamos de ‘presente’. Nosso conceito de âncora ou ponto de referência é, no entanto, outra coisa. Ele permite explicar a expressão do tempo gramatical como um sistema de relações que se estabelecem em dois conjuntos de formas: um organizado em torno do presente e outro organizado em torno do passado.

Quando o prof. Evanildo Bechara escreveu que se emprega o pretérito imperfeito [do indicativo] “quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente” (1999, p. 277), estava assinalando, de fato, que a diferença entre o presente e o pretérito imperfeito do indicativo repousa tão somente no ponto de referência escolhido. Ainda como reforço a essa posição que vimos assumindo, lembremos que a simetria entre o pretérito imperfeito e o presente do indicativo é ratificada pelo conjunto comum de valores aspectuais associados a esses dois tempos: um e outro exprimem a duração, a momentaneidade ou a habitualidade do processo. Por isso mesmo, é o pretérito imperfeito – e não o perfeito – que ordinariamente assume o lugar do presente do indicativo na passagem do discurso direto para o discurso indireto, ou seja, quando um enunciador 1 assume como um passado em relação a si o presente de um enunciador 2 ao qual se reporta.

Estabelecido isso, entendemos que as formas verbais podem traduzir a *posterioridade X não posterioridade* e/ou *conclusão X não conclusão* do processo relativamente aos polos do presente e do passado. Daí que se distinguem dois conjuntos simétricos de três formas: um conjunto ancorado no ponto de referência PRESENTE (p. ex. *acordo / acordei / acordarei*) – e um conjunto ancorado no ponto de referência PASSADO (p. ex. *acordava / tinha acordado [ou acordara] / acordaria*). Não há novidade nisso; trata-se de uma sistematização já implícita nas designações tradicionais “pretérito-mais-que-perfeito”, “futuro do presente” e “futuro do pretérito”.

Essa visão do sistema temporal equivale a considerar que a forma denominada “pretérito perfeito” não exprime necessariamente um passado; seu valor constante é o de um processo ou estado de coisas concluído ou consumado relativamente a algum ponto de referência. Quando o momento que serve de âncora dessa conclusão é o próprio ato enunciativo, podem ocorrer duas situações: uma delas é a que é expressa pelo enunciado ‘Achei!’ de alguém que procura um objeto perdido e depara repentinamente com ele; a outra é aquela em que o pretérito perfeito vem – ou pode vir – acompanhado de uma expressão adverbial que posiciona explicitamente o fato no passado, como no enunciado ‘Achei esse retrato há dois dias’. O primeiro exemplo expressa um ato performativo, provido de alguma carga dramática, já que a enunciação é parte do acontecimento em curso. O segundo exemplo expressa um depoimento ou relato, cujo objeto não faz parte da cena em que ocorre a enunciação, já que é trazido somente na memória do enunciador.

2. O modo subjuntivo

No modo subjuntivo, as relações temporais apresentam peculiaridades a que o modelo proposto para o indicativo não se adapta integralmente. A esse respeito, é oportuno transcrever o trecho de Gérard Moigner citado por Celso Cunha:

... os tempos do subjuntivo não representam noções de época da forma por que o fazem os do indicativo. Pode-se, no entanto, falar de certos hábitos de concordância dos tempos que não procedem de um automatismo rígido e puramente formal, antes resultam do funcionamento de mecanismos delicados e complexos (Cunha e Cintra, 1985, p. 461).

Segundo a tradição descritiva, o modo subjuntivo tem o papel de representar o processo verbal como algo hipotético, incerto ou possível, distinguindo-se, portanto, do modo indicativo, responsável por *indicar* o caráter fatural do processo. Comparem-se “Ela pede que eu venha” e “Ela sabe que eu virei”. No primeiro exemplo, o ato de vir é o resultado direto do ato de pedir, e encerra uma possibilidade, ao contrário do que se passa no segundo exemplo, em que o ato de vir existe por si e constitui um fato. Nas orações substantivas, o emprego do subjuntivo atende a uma exigência sintático-semântica do verbo da oração principal; já nas orações adjetivas atua um dado extraoracional: a pressuposição. Quando dizemos “Corte as árvores que *estão* cobertas de erva daninha”, *indicamos* que essas árvores existem de fato. Já não temos, porém, essa certeza quando dizemos “Corte as árvores que *estejam* cobertas de erva daninha”.

Quanto aos tempos no subjuntivo, deve-se observar, de início, que o conteúdo “futuro”, ou “posterior”, não dispõe de uma forma que o concretize por oposição ao presente, como se observa no indicativo. A escolha da forma *vier* no lugar de *venha*, por exemplo, não atende à intenção de situar o processo em um momento posterior àquele em que se fala, mas se prende ao tipo de conjunção que introduz a oração subordinada adverbial. Diremos “*Se* você *vier* [fut./subj.] amanhã, passa lá em casa”, mas “*Caso* você *venha* [pres./subj.] amanhã, passa lá em casa”. Do mesmo modo, ao afirmar “Quem *souber* [fut./subj.] o nome do Rei Sol ganha um doce”, o autor da brincadeira tanto pode estar propondo uma questão a ser respondida dali a minutos, horas ou dias (futuro), como testando a cultura geral das pessoas que tem diante de si (presente).

Se a forma verbal empregada para situar o processo no presente ou no

futuro é precedida de expressão do tipo *quem quer que / onde quer que*, a oscilação entre presente e futuro do subjuntivo também é comum: “Quem quer que seja (ou for) eleito vai governar um país dividido”. Tal oscilação é comprovada nos seguintes exemplos tomados a *Os Lusíadas*:

E vós, Deuses do mar, que não sofreis
Injúria alguma em vosso reino grande,
Que com castigo igual vos não vingueis
De quem quer que por ele *corra* e *ande*,
Que descuido foi este em que viveis?
(Camões, s.d., p. 28)

Enquanto apascentar o largo Polo
As estrelas, e o Sol der lume ao mundo
Onde quer que eu *viver*, com fama e glória,
Viverão teus louvores em memória.
(Camões, s.d., p. 105)

Não há no subjuntivo formas específicas para a expressão da posterioridade do processo; emprega-se indiferentemente o pretérito imperfeito do subjuntivo para a simultaneidade e a posterioridade do processo. É o que se observa em “Eu acreditava que ele me apoiasse” e “Eu esperava que ele me apoiasse”. No primeiro exemplo, *acreditava* e *apoiasse* denotam processos – uma crença e uma atitude – que decorrem no mesmo segmento de tempo; no segundo, *apoiasse* situa o processo em uma época logicamente posterior à do processo contido em *esperava*. No indicativo, teríamos que escolher entre *apoiava* e *apoiaria* (Eu tinha certeza que ele me apoiava X Eu tinha certeza que ele me apoiaria). A oposição temporal no subjuntivo resume-se, portanto, à distinção entre *passado* e *não passado*. A distinção *conclusão* X *não conclusão* do processo fica a cargo das perífrases verbais com *ter* + *participio*.

3. Imperfeito do subjuntivo; pretérito mais-que-perfeito do indicativo e futuro do pretérito: suas relações no português

O futuro do pretérito, enquanto expressão de um tempo, denota um processo posterior à âncora ‘passado’, nos termos que expusemos nas seções anteriores.

A exemplo do futuro do presente, ele assume em alguns contextos um papel essencialmente modal, a que Said Ali chamou “futuro problemático”, nele identificando “um processo engenhoso de dizer, de afirmar e de fazer crer uma coisa verdadeira ou não verdadeira, que não acarreta responsabilidade para o indivíduo que assim se exprime” (1964, p. 319-20).

Era este corregedor muito honrado e de sua casa e estado e muito praxeiro e de boa conversaçom, e seeria estonce em mea hidade. (LOPES, s.d., p. 119).

É sintomático esse emprego, tanto mais quanto se percebe que o *seeria* pode dar lugar a *fosse*, desde que o contexto sintático favoreça o subjuntivo (algo como “e he possível que...”). A afinidade entre o futuro do pretérito e o imperfeito do subjuntivo já foi aqui demonstrada quando comentamos os empregos de *apoiasse* e *apoiaria*. Comparem-se ainda “Ela sabia que eu viria” e “Ela esperava que eu viesse”. Qualquer das duas formas traduz a posterioridade do processo à âncora ‘passado’. Na língua arcaica, a variação se dá sem restrição contextual de forma mais ampla. Said Ali aduz na Gramática Histórica um extenso rol de exemplos dessa dupla ocorrência em orações que servem de complemento ao verbo cuidar (= imaginar)

“Este emprego é sobretudo notável quanto ao imperfeito do conjuntivo (subjuntivo), o qual aparece nas narrações alternando com o futuro do pretérito e como seu equivalente: Estavã todos tam contentes e confiados de se acharem juntos que cada hũs *cuydavã que* a outra parte *seria* mais fraca (Francisco de Moraes, Palm. 1, 237) – *Cuydando que* per aquella via mais prestes se *vencessem* (ib. 1, 250) – Sempre eu *cuidei*, oh padre poderoso, que pera as cousas que eu do peito amasse te *achasse* brando, affabil e amoroso. (Camões, s.d., p. 328).

Também Claudio Brandão (1963, p. 527) refere-se à possibilidade dessa alternância, citando o mesmo exemplo *d’Os Lusíadas* apontado por Said Ali, no qual ‘achasse’ pode dar lugar a ‘acharia’:

Sempre eu cuidei, ó Padre poderoso,
Que, para as cousas que eu do peito amasse,
Te achasse brando, afâbil e amoroso,
Posto que a algum contrário lhe pesasse.
(CAMÕES, s.d., p. 39)

Finalmente, cabe considerar que elas instauram correlações que põem em jogo formas da mesma categoria temporal. Isto é: do mesmo modo que dizemos “Se eu o visse, falaria com ele”, temos “Se eu o vir, falarei com ele”, com dois futuros, ou “Se eu o vejo, falo com ele”, com dois presentes. Na crônica de *D. Pedro*, acima citada, temos “... porque a huus prazeria que o rrecebessem” (LOPES, s.d., p. 250). Se trocássemos o prazeria por praz – presente – *rrecebessem* cederia lugar a *rrecebam* – também presente. Do mesmo modo, a ocorrência do futuro *prazerá* implica a correlação com *recebam*, o que é explicável sabendo-se que a escolha do futuro do subjuntivo ou do presente do subjuntivo está sujeita a fatores distribucionais (cf. a escolha entre SE e CASO já mencionada), e que, como comentamos na mesma passagem, não há distinção temporal entre essas formas.

Nas variedades arcaica (séculos XIV-XV) e clássica (séculos XVI – XVIII) do português, quer na prosa quer na poesia, era comum o pretérito mais-que-perfeito desviar-se de seu valor aspectual e temporal – processo concluído em relação à âncora ‘passado’ – em substituição ao par pretérito imperfeito do subjuntivo/futuro do pretérito, como se viu em exemplos citados na introdução deste artigo. Não se trata, naturalmente, de um subsistema triádico, mas, ao que parece, de dois subsistemas alternativos estilisticamente diferenciados. A indiferença das formas em *-ra* a certos contextos sintáticos que requerem ora a forma em *-ria* ora a forma em *-sse* opera e evidencia, como opção estilística, a neutralização dessas formas, fato que me parece explicável à luz das afinidades que vimos apontando. Insistimos nesse ponto: a prevalência do caráter modal sobre o temporal em certos contextos favorece a substituição das referidas formas por uma terceira. Para Mattoso Câmara, o pretérito mais-que-perfeito em *-ra* é uma das formas do passado do indicativo que “funciona nas línguas românicas para a expressão do irreal”.

Em relação ao futuro, o caráter modal ainda é mais nítido e se pode dizer pacificamente compreendido e aceito, embora não se tenham tirado daí todas as inferências que o fato comporta. Pode-se mesmo adiantar que a intromissão da dúvida, da mera potencialidade, da expectativa, do anelo, da volição com a ideia de futuro é constante na linguagem espontânea. Sem subintenções subjuntivas, potenciais, optativas, imperativas, o tempo futuro, para a asserção franca, se realiza essencialmente pela forma de presente.

Ainda é Mattoso Câmara quem acrescenta: “Na correlação condicional, o uso da forma em *-ra* na apódose estende-se, em regra, à prótase, em vez do pretérito imperfeito do subjuntivo”.

É essa construção antiga, ampliada no latim tardio para a apódose da irrealidade intemporal, que explica historicamente o uso românico da forma em *-ra* como pretérito irreal (CÂMARA JR., 1967, p. 79).

Observe-se, a propósito, o seguinte exemplo do latim citado por Ernout e Thomas (1964, p. 380): “quingentos simul, // ni hebes machaera *foret*, uno ictu *occideras*” (Se tua espada não estivesse (*foret*) cega (*hebes*), abaterias (*occideras*) quinhentos inimigos num só golpe).

Conclusão

O foco de nossa tradição descritiva na morfologia assegura ao pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS) e ao futuro do pretérito (FtP) o status de tempos distintos. Ao observá-los no plano sintático e, sobretudo, no papel que têm relativamente à expressão do tempo e à atitude do falante, levantam-se algumas dúvidas sobre o grau da diferença que os separa. O mesmo se pode dizer da distinção entre o presente do subjuntivo e o futuro do subjuntivo. As formas reunidas em cada um desses pares ocupam, nas construções hipotéticas, posições complementares, e quando eventualmente são permutáveis entre si, revelam-se variantes estilísticas. Os conteúdos temporais e modais de uma e outra acabam por ser exatamente os mesmos, fato que favoreceu a substituição de ambos pelo pretérito mais-que-perfeito (forma em *-ra*), menos sensível que é à restrição de contexto sintático. O presente artigo reúne, comentando-as, considerações da autoria de alguns filólogos/linguistas brasileiros e oferece subsídios para uma explicação estrutural do recurso ao pretérito mais-que-perfeito como captação da equivalência modo-temporal entre PIS e FtP.

Diacronicamente falando, esse paralelismo pode ser interpretado como uma sobrevivência do padrão sintático do latim – tanto clássico como vulgar – cujas formas verbais presentes na prótase e na apódose tendiam a igualar-se em tempo e modo. Em termos sincrônicos, explica-se como uma solução que assegura, como opção estilística, o emprego de uma mesma forma – *servira / fora* – para a expressão de um mesmo conteúdo – princípio responsável pela simetria que permitiu a Camões realçar a antítese entre o excesso – *mais (servira)* – e a carência – *não (fora)* – com que Jacó reafirma e enaltece sua paixão.

Referências

- ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p. 319-20.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 279.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1963. p. 527.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: George University Press, 1967. p. 15.
- CAMÕES, Luís de. *Lírica completa*, v. II. (Prefácio e notas de Maria de Lurdes Saraiva). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980. p. 168.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Canto VII, estrofe 14. Porto: Porto Editora, s/d.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 461.
- ERNOUT, Alfred THOMAS, François. *Syntaxe latine*. Paris: Klincksiek, 1964. p. 380.
- HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944. p. 28.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*. Edizione critica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Mácchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo, s.d.
- PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 95.

Nota do editor: articulista convidado.